



**77<sup>a</sup> Reunião  
Geral da  
Frente Nacional  
de Prefeitos**  
10 a 13 de março de 2020  
Florianópolis/SC

## CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE SEGURANÇA (CONSEMS)

### **Hotel Costa Norte - Ingleses**

**Horário: dia 11 de março de 2020 – 09h00 as 12h00 e 14h30 as 17h00**

### **PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR:**

1. Debate acerca do novo papel desempenhado pelos municípios na segurança pública, em todo o país.
2. Participação dos municípios nas comissões que debaterão os critérios de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), considerando os aspectos geográficos, populacionais e socioeconômicos dos entes federados para definição dos percentuais de repasses, preferencialmente fundo a fundo.
3. Criação de Centros de Treinamento Regionais, onde ocorreriam formação, capacitação e acompanhamento de Guardas Civas Municipais, com intercâmbio institucional entre as Guardas Civas Municipais e, tal criação poderia dar-se através de convênio com o Governo Estadual, com subsídios ou até mesmo a gestão pelo Governo Federal, se for o caso.
4. Retaguarda jurídica eficiente, haja vista que a Constituição Federal de 1998 apenas cita as Guardas (Civas) municipais no § 8º do Art. 144, em vez de colocar tal instituição no caput, junto as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militares. A Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Nacional das Guardas Civas Municipais), por seu turno, representou um importante avanço, mas carece de revisão devido ao excesso de emendas e a uma técnica legislativa controversa, necessitando, tal diploma legal, de aprofundada revisão.



**77<sup>a</sup> Reunião  
Geral da  
Frente Nacional  
de Prefeitos**

10 a 13 de março de 2020  
Florianópolis/SC

5. Criação de fonte de recursos para dar suporte a essa “nova atribuição”, como por exemplo, um processo para captação de recursos federais, através de critérios objetivos, mediante a realização de transferências fundo a fundo, como já ocorre nas áreas de saúde, assistência social e educação.
6. Compartilhamento dos dados oriundos dos sistemas de inteligência de segurança pública, incluindo os municípios nos sistemas, tais quais Infoseg em nível federal e Portais das secretarias de defesa social ou Segurança pública, em nível estadual.
7. Outros assuntos surgidos durante o evento.